



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

113

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0012712-62.2012.8.17.1130 (0304953-8)

AGRAVANTE: Município de Petrolina

PROCURADOR: Maria Eduarda Borges Araújo

AGRAVADO: Antônio de Araújo Bezerra

ADVOGADO: Luiz Eduardo Gomes do Nascimento

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz José Viana Ulisses Filho

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL. INICIAL PREENCHE OS REQUISITOS DO ARTIGO 282 DO CPC. SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE PETROLINA. HORAS EXTRAS LABORADAS EM PERÍODO NOTURNO. FATOR/DIVISOR 140 APLICÁVEL. LEI MUNICIPAL Nº 301/91. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO.

Trata-se de Recurso de Agravo interposto pelo Município de Petrolina contra a decisão monocrática proferida pela Relatoria do Des. Antenor Cardoso Soares Júnior que, com fulcro no art. 557, caput, do CPC, negou provimento ao Reexame Necessário, tornando prejudicado o Apelo (proc. nº 0304953-8), mantendo em todos os termos a sentença do primeiro grau que, julgou procedente o pedido autoral, condenando o Município ao pagamento das horas extraordinárias noturnas do servidor, calculadas com base no fator 140, conforme previsto na Lei Municipal n. 301/1991.

Em síntese, defende o Agravante: 1) a inépcia da petição inicial, ante a ausência de fundamentação jurídica e, 2) a aplicabilidade do divisor 180 (cento e oitenta), obtido mediante a multiplicação do número de dias laborados mensalmente (30 dias) pela jornada de trabalho diária (06 horas).

Diante de tais argumentos, pugna pela reapreciação da matéria por este órgão colegiado.

É o que importa relatar.

Analisando os argumentos expostos pelo Município, ora Agravante, tenho que os mesmos não merecem prosperar, devendo a decisão ora combatida ser mantida em todos os seus termos, uma vez que esta se encontra em plena consonância com a remansosa jurisprudência desta Egrégia Corte de Justiça.

Diante disso, reitero os fundamentos da decisão ora vergastada (fls. 95-95-v) que passo a expor nos seguintes termos:

"DECISÃO TERMINATIVA Trata-se de Apelação Cível interposta contra sentença exarada pelo MM Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Petrolina que, em sede de Ação Ordinária de Cobrança (processo nº 0012712-62.2012.8.17.1130), extinguiu o processo com resolução de mérito, rejeitando a preliminar de inépcia da inicial e julgando procedentes os pedidos formulados pelo autor, no sentido de condenar o Município de Petrolina ao pagamento dos valores concernentes à diferença entre a quantia que pagou ao requerente a título de estabilidade financeira das horas extras incorporadas (calculadas pelo fator 180) e o que, de fato, deveria pagar (cálculos



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

pelo fator 140), condenando ainda a Municipalidade ao pagamento das custas e honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, a ser apurado em fase de liquidação (fls. 66-70).

Em sede de Apelação Cível (fls. 72-80), o Município recorrente alega que, em razão de o recorrido laborar 06 (seis) horas por dia, durante o mês (30 dias), ao multiplicar 30 por 06, chega-se ao divisor 180 (cento e oitenta), não fazendo jus o apelado receber as horas extras com base no divisor 140 (cento e quarenta).

Relata ainda que, embora a Constituição Federal de 1988 preveja, de forma genérica, ser devido o pagamento ao adicional noturno aos trabalhadores urbanos e rurais, inexistente previsão em lei municipal quanto à percepção de tal adicional aos estatutários do Município de Petrolina, sendo inviável, nesse sentido, a concessão de sobredito benefício ao servidor ora apelado. Por tais motivos, requer o provimento do presente recurso, a fim de que seja reformada integralmente a decisão ora combatida.

Contra-razões ofertadas às fls. 84-86, pugnando pela manutenção da sentença vergastada.

O representante ministerial deixou de ser intimado, em razão de inexistir interesse público apto a legitimá-lo na lide, nos moldes do art. 82 do CPC.

É o sucinto relatório. Passo a decidir.

No âmbito da presente peça recursal ora proposta, verifico que nada há que se modificar na sentença atacada.

Primeiramente porque não se está discutindo no caso concreto a questão relativa à carga horária do servidor, estando aí inserido o adicional noturno, conforme afirmado pela Municipalidade, mas sim está se debatendo sobre a hora extraordinária laborada pelo recorrido, que deverá ser calculada de acordo com a previsão estabelecida na Lei dos servidores públicos do Município de Petrolina.

Analisando a demanda originária, verifico que o Município de Petrolina ao calcular o adicional de estabilidade financeira, relativo aos últimos 05 (cinco) anos, decorrentes da incorporação da gratificação de horas-extras no salário do demandado, utilizou como base de cálculo o divisor 180 (cento e oitenta), quando, na verdade, deveria utilizar o divisor 140 (cento e quarenta), já que o recorrido, desempenhando a função de vigilante, laborava no período noturno.

E nessas condições, conforme disposição legal prevista no art. 143 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Petrolina (Lei n. 390/91):

"Art. 143- O valor-hora, para efeito de pagamento de gratificação de serviço extraordinário, será obtido dividindo-se o vencimento mensal dos funcionários:

I - Pelo fator cento e oitenta (180), quando se tratar de trabalho diurno;

II - Pelo fator cento e quarenta (140), quando se tratar de trabalho noturno." Grifos nossos.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

114

Ora, como a Administração Pública está adstrita ao princípio da legalidade, sua atuação deve sujeitar-se aos mandamentos previstos em lei, devendo, nesse caso, o Município apelante agir de acordo com os ditames legais do Estatuto dos Servidores Públicos de Petrolina (Lei n. 390/91), o qual reconhece que o direito à percepção de gratificação extraordinária de servidor que trabalha em turno noturno deve ser calculado tomando-se por base o fator 140 (cento e quarenta).

Tanto é assim que o próprio Município recorrente reconheceu, em parecer jurídico administrativo (fls. 13-14), que o servidor faria jus ao recebimento do adicional de horas extras dividindo o seu salário mensal pelo fator 140, por trabalhar em horário noturno.

Neste mesmo sentido, este Egrégio Tribunal de Justiça já se posicionou acerca da matéria, ora em debate:

"EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. INICIAL PREENCHE OS REQUISITOS DO ARTIGO 282 DO CPC. SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE PETROLINA. FATOR/DIVISOR APLICÁVEL. LEI MUNICIPAL Nº 301/91. FATOR 140. HORAS EXTRAS LABORADAS EM PERÍODO NOTURNO. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO.

1. Não há dúvidas quanto a questão do fator/divisor aplicável nos cálculos das horas extras laboradas pelo agravado, nos termos da Lei Municipal nº 301/91.

2. Conforme os documentos acostados aos autos de fls. 78/92, verifico que as horas-extras laboradas ocorreram no período noturno, razão pela qual os cálculos devem ser feitos com o fator 140 e não 180.

3. Recurso de Agravo desprovido.

4. Decisão Unânime. " (1ª Câmara de Direito Público, Recurso de Agravo na Apelação Cível e Reexame Necessário nº 0299250-7, Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões, Data do Julgamento: 17/12/2013) " Grifos nossos.

Assim, sendo efetivamente devidas as diferenças pleiteadas e judicialmente reconhecidas, ante remansosa jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça sobre o caso em lume, nego provimento ao Apelo, o que faço com arrimo no art. 557, caput, do CPC, mantendo-se incólume a decisão do juízo de primeiro grau em todos os seus termos.

Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos ao juízo de origem, para fins de direito.

Publique-se. Intime-se."

Nesses termos, voto pelo não provimento do Recurso de Agravo, mantendo-se inalterada a decisão monocrática ora guerreada.

Unanimemente, negou-se provimento ao recurso.

ACÓRDÃO

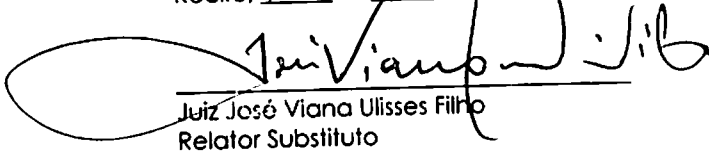
Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo em Apelação Cível n. 0304953-8 em que figura como recorrente Município de Petrolina e como recorrido Antônio de Araújo Bezerra,



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso**, tudo de conformidade com a ementa, o relatório e o voto, que passam a integrar este aresto.

Recife, 23 de 09 de 2014


Juiz José Viana Ulisses Filho
Relator Substituto



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

115-

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0012712-62.2012.8.17.1130 (0304953-8)

AGRAVANTE: Município de Petrolina

AGRAVADO: Antônio de Araújo Bezerra

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz José Viana Ulisses Filho

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto pelo Município de Petrolina contra a decisão monocrática proferida pela Relatoria do Des. Antenor Cardoso Soares Júnior que, com fulcro no art. 557, caput, do CPC, negou provimento ao Reexame Necessário, tornando prejudicado o Apelo (proc. nº 0304953-8), mantendo em todos os termos a sentença do primeiro grau que, julgou procedente o pedido autoral, condenando o Município ao pagamento das horas extraordinárias noturnas do servidor, calculadas com base no fator 140, conforme previsto na Lei Municipal n. 301/1991.

Em síntese, defende o Agravante: 1) a inépcia da petição inicial, ante a ausência de fundamentação jurídica e, 2) a aplicabilidade do divisor 180 (cento e oitenta), obtido mediante a multiplicação do número de dias laborados mensalmente (30 dias) pela jornada de trabalho diária (06 horas).

Diante de tais argumentos, pugna pela reapreciação da matéria por este órgão colegiado.

É o que importa relatar.

VOTO

Analisando os argumentos expostos pelo Município, ora Agravante, tenho que os mesmos **não** merecem prosperar, devendo a decisão ora combatida ser mantida em todos os seus termos, uma vez que esta se encontra em plena consonância com a remansosa jurisprudência desta Egrégia Corte de Justiça.

Diante disso, reitero os fundamentos da decisão ora vergastada (fls. 95-95-v) que passo a expor nos seguintes termos:

"DECISÃO TERMINATIVA

Trata-se de Apelação Cível interposta contra sentença exarada pelo MM Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Petrolina que, em sede de Ação Ordinária de Cobrança (processo nº 0012712-62.2012.8.17.1130), extinguiu o processo com resolução de mérito, rejeitando a preliminar de inépcia da inicial e julgando procedentes os pedidos formulados pelo autor, no sentido de condenar o Município de Petrolina ao pagamento dos valores concernentes à diferença entre a quantia que pagou ao requerente a título de estabilidade financeira das horas extras incorporadas (calculadas pelo fator 180) e o que, de fato, deveria pagar (cálculos pelo fator 140), condenando ainda a Municipalidade ao pagamento das custas e honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, a ser apurado em fase de liquidação (fls. 66-70).

Em sede de Apelação Cível (fls. 72-80), o Município recorrente alega que, em razão de o recorrido laborar 06 (seis) horas por dia, durante o mês (30 dias), ao multiplicar 30 por



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

06, chega-se ao divisor 180 (cento e oitenta), não fazendo jus o apelado receber as horas extras com base no divisor 140 (cento e quarenta).

Relata ainda que, embora a Constituição Federal de 1988 preveja, de forma genérica, ser devido o pagamento ao adicional noturno aos trabalhadores urbanos e rurais, inexistente previsão em lei municipal quanto à percepção de tal adicional aos estatutários do Município de Petrolina, sendo inviável, nesse sentido, a concessão de sobredito benefício ao servidor ora apelado. Por tais motivos, requer o provimento do presente recurso, a fim de que seja reformada integralmente a decisão ora combatida.

Contra-razões ofertadas às fls. 84-86, pugnando pela manutenção da sentença vergastada.

O representante ministerial deixou de ser intimado, em razão de inexistir interesse público apto a legitimá-lo na lide, nos moldes do art. 82 do CPC.

É o sucinto relatório. Passo a decidir.

No âmbito da presente peça recursal ora proposta, verifico que nada há que se modificar na sentença atacada.

Primeiramente porque não se está discutindo no caso concreto a questão relativa à carga horária do servidor, estando aí inserido o adicional noturno, conforme afirmado pela Municipalidade, mas sim está se debatendo sobre a hora extraordinária laborada pelo recorrido, que deverá ser calculada de acordo com a previsão estabelecida na Lei dos servidores públicos do Município de Petrolina.

Analisando a demanda originária, verifico que o Município de Petrolina ao calcular o adicional de estabilidade financeira, relativo aos últimos 05 (cinco) anos, decorrentes da incorporação da gratificação de horas-extras no salário do demandado, utilizou como base de cálculo o divisor 180 (cento e oitenta), quando, na verdade, deveria utilizar o divisor 140 (cento e quarenta), já que o recorrido, desempenhando a função de vigilante, laborava no período noturno.

E nessas condições, conforme disposição legal prevista no art. 143 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Petrolina (Lei n. 390/91):

"Art. 143- O valor-hora, para efeito de pagamento de gratificação de serviço extraordinário, será obtido dividindo-se o vencimento mensal dos funcionários:

I - Pelo fator cento e oitenta (180), quando se tratar de trabalho diurno;

II - Pelo fator cento e quarenta (140), quando se tratar de trabalho noturno." Grifos nossos.

Ora, como a Administração Pública está adstrita ao princípio da legalidade, sua atuação deve sujeitar-se aos mandamentos previstos em lei, devendo, nesse caso, o Município apelante agir de acordo com os ditames legais do Estatuto dos Servidores Públicos de Petrolina (Lei n. 390/91), o qual reconhece que o direito à percepção de gratificação extraordinária de servidor que trabalha em turno noturno deve ser calculado tomando-se por base o fator 140 (cento e quarenta).

Tanto é assim que o próprio Município recorrente reconheceu, em parecer jurídico administrativo (fls. 13-14), que o servidor faria jus ao recebimento do adicional de horas extras dividindo o seu salário mensal pelo fator 140, por trabalhar em horário noturno.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

116

Neste mesmo sentido, este Egrégio Tribunal de Justiça já se posicionou acerca da matéria, ora em debate:

"EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. INICIAL PREENCHE OS REQUISITOS DO ARTIGO 282 DO CPC. SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE PETROLINA. FATOR/DIVISOR APLICÁVEL. LEI MUNICIPAL Nº 301/91. FATOR 140. HORAS EXTRAS LABORADAS EM PERÍODO NOTURNO. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO.

1. Não há dúvidas quanto a questão do fator/divisor aplicável nos cálculos das horas extras laboradas pelo agravado, nos termos da Lei Municipal nº 301/91.

2. Conforme os documentos acostados aos autos de fls. 78/92, verifico que as horas-extras laboradas ocorreram no período noturno, razão pela qual os cálculos devem ser feitos com o fator 140 e não 180.

3. Recurso de Agravo desprovido.

4. Decisão Unânime. " (1ª Câmara de Direito Público, Recurso de Agravo na Apelação Cível e Reexame Necessário nº 0299250-7, Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões, Data do Julgamento: 17/12/2013) " Grifos nossos.

Assim, sendo efetivamente devidas as diferenças pleiteadas e judicialmente reconhecidas, ante remansosa jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça sobre o caso em lume, **nego provimento ao Apelo**, o que faço com arrimo no art. 557, caput, do CPC, mantendo-se incólume a decisão do juízo de primeiro grau em todos os seus termos.

Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos ao juízo de origem, para fins de direito.

Publique-se. Intime-se."

Nesses termos, voto pelo **não provimento** do Recurso de Agravo, mantendo-se inalterada a decisão monocrática ora guerreada.

É como voto.

Recife, 23 de 09 de 2014


Juiz José Viana Ulisses Filho
Relator Substituto